



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO  
CNIg/VII/ 2007

**Ata**

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e sete, esteve reunido o Conselho Nacional de Imigração, sob a Presidência do Sr. Paulo Sérgio de Almeida, e com a presença dos seguintes Conselheiros: Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE); Mitzi Gurgel Valente da Costa (MRE); Ralph Peter Henderson (MRE - suplente); Ricardo Amaral Castro Ferreira (MJ); Valdir Vicente de Barros (CGT); Miguel Salaberry Marinho (SDS); Roque de Barros Laraia (SBPC); Vitor Luiz da Silva Carvalho (CUT); Elias Ferreira (Força Sindical); José Ribamar Dantas (CGTB); Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA); Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT); Jane Alcafor de Pinho (MDIC); Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC); Christina Aires Corrêa Lima (CNI); Marilena Moraes Barbosa Funari (CNF). Estiveram presentes ainda como observadores Rosita Milesi (IMDH); Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto (CNPD); Larissa Lamera (MPS). Como convidados compareceram: Geórgia R.S. Diogo (PGR); Ministro Eduardo Gradilone (MRE); Gustavo Francisco Garcia (Assessoria Internacional – Mercosul); Mário Barbosa dos Santos (Assessor do MTE para Assuntos Internacionais); Ariene Amaral (Representante da CNT) e Pedro Amaral (MTE). **1. Abertura:** O Presidente Paulo Sérgio de Almeida deu início à sétima Reunião do Conselho Nacional de Imigração e saudou a todos os presentes. Falou sobre a publicação do CNIg, que se tornou pratica constante nas reuniões e solicitou a todos que lessem posteriormente as matérias, já que no período de julho a agosto houve muitas publicações na mídia sobre migrações. Desejou boas-vindas aos novos

31 Conselheiros: Ministra Mitzi, como representante titular do Ministério das Relações  
32 Exteriores; Vítor Luiz da Silva, representante titular da Central Única dos  
33 Trabalhadores e informou a nomeação de dois novos Conselheiros: Sr. Douglas  
34 Wanderlei de Vasconcelos, nomeado representante titular e o Sr. Ricardo Amaral,  
35 como suplente, ambos representando o Ministério da Justiça. O Presidente do CNIg  
36 desejou boas-vindas ao Sr. Elias Ferreira, representante suplente da Força Sindical e a  
37 Sr<sup>a</sup>. Geórgia Diogo, representante do Ministério Público Federal, representando o  
38 Procurador Eugênio, presente na última reunião, para tratar do tema do Mercosul e do  
39 movimento dos indígenas nas fronteiras. Verificado que todas as bancadas estavam  
40 presentes, confirmou o quorum necessário para a reunião, lembrando que no período da  
41 tarde teriam a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi e que,  
42 portanto, encerrariam as atividades da manhã às 12h30. **2. Aprovação da Agenda**  
43 **Provisória:** O Presidente Paulo Sérgio submeteu aos Conselheiros a proposta de  
44 Agenda Provisória com o seguinte teor: 1. Abertura; 2. Aprovação da Agenda  
45 Provisória; 3. Aprovação da Ata da Reunião do CNIg – VI/2007; 4. Apresentação dos  
46 novos Conselheiros; 5. Apresentação do relatório do GT referente ao tema saúde e  
47 Migrações; 6. Apresentação do relatório do GT para alteração na Resolução  
48 Administrativa nº. 05/2003; 7. Decisão sobre a criação de GT sobre proposta de  
49 alteração na Resolução Normativa nº. 38/1999; 8. Exposição de representantes do  
50 MRE e do MJ sobre a movimentação de pessoas nas fronteiras do MERCOSUL; 9.  
51 Exposição de representante da Comunidade de Brasileiros em Boston/EUA sobre a  
52 situação dos brasileiros naquela comunidade; 10. Pleito da indústria pesqueira de  
53 revisão da RN 59/2004 apresentado pela Conselheira Christina – CNI; 11. Assuntos  
54 diversos; 12. Processos a serem relatados. Conteúdo este que foi aprovado por todos.  
55 Antes de seguir a agenda da reunião, o Presidente do CNIg desculpou-se pelo local da  
56 reunião, e declarou que o ideal é que as reuniões do CNIg sejam realizadas na sala 433.  
57 **3. Aprovação da Ata da Reunião do CNIg –VI/2007:** Com relação a ata da VI  
58 Reunião, o Conselheiro da CGT, Sr. Valdir Vicente, solicitou alterações que foram: 1-  
59 Página três, linha vinte e sete: Correção dos cargos de titular e suplente dos  
60 representantes do Ministério das Relações Exteriores, já que não existem dois titulares;  
61 2 – Página seis, linha cento e quatorze: solicitou informações sobre o que significa Alto  
62 Comissariado; 3- Página nove, linha duzentos e dezenove: Solicitou acréscimo da letra  
63 *a* na frase “ressaltou a importância de discutir”. 4- Página onze, linha duzentos e  
64 setenta e seis: Solicitou esclarecimentos sobre o que significa “Dispensa de

65 Legalização de Documentos”. 5- Página quinze, linha quatrocentos e trinta e dois:  
66 Correção da palavra *direto* pela “direito”. 6- Página dezessete, linha quatrocentos e  
67 noventa: Acrescentar a vogal *a* na frase ‘poderá auxiliar na busca de informações’. 7-  
68 Página dezessete, linha quatrocentos e noventa: exclusão da palavra *já*, que aparece  
69 repetidamente. A Representante do IMDH, Rosita Milesi solicitou que colocassem o  
70 nome completo da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os  
71 Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, na página quinze, linha  
72 quatrocentos e trinta e dois. O Conselheiro da CGTB, José Ribamar solicitou que  
73 acrescentassem na declaração da Conselheira Marjolaine do Canto a explicação de que  
74 se referiam aos portugueses, ficando o texto: “declarou que além da questão legal,  
75 puderam perceber que os portugueses são muito organizados”; e solicitou que na linha  
76 cento e dez, constassem os fatos que chamaram a atenção da Conselheira Christina  
77 Aires na visita a Portugal. O Sr. Ralph Hendersom, representante do MRE solicitou  
78 correções na ortografia do seu nome, que constava como Halph, na linha quinhentos e  
79 quarenta e nove, e na linha quinhentos e quarenta e sete observou que faltou a palavra  
80 *pelo* na frase “opinou deferimento”. O Sr. Aldo Cândido, coordenador do Conselho  
81 Nacional de Imigração, lembrou que a exposição do Mário Barbosa, da Assessoria  
82 Internacional não constava na ata, e que enviou o documento para que ele acrescentasse  
83 um resumo da sua apresentação, ao que o Presidente Paulo Sérgio solicitou  
84 esclarecimentos sobre a ata. O Sr. Aldo Candido relatou que tiveram uma reunião com  
85 a empresa que faz a gravação, degravação e ata, na qual relatou todos os problemas que  
86 vinham ocorrendo. Explicou que a empresa mencionou que ocorreu um pico de energia  
87 na reunião anterior do CNIg e não possuíam portanto a degravação na íntegra, mas que  
88 esperavam solucionar todos os problemas a partir da referida reunião. A representante  
89 do MPS, Larissa Lamera, solicitou que corrigissem a grafia do seu nome, que constava  
90 Lameira, na linha vinte e cinco do documento. Com as devidas sugestões e pendente de  
91 texto referente à apresentação do Sr. Mário Barbosa, foi aprovada a Ata da VI Reunião  
92 do CNIg, realizada em sete de agosto de dois mil e sete. **4. Apresentação dos novos**  
93 **Conselheiros:** O Presidente Paulo Sérgio confirmou as apresentações feitas no início  
94 da reunião: Vítor Luiz da Silva, da CUT; a Ministra Mitzi, do MRE; Elias Ferreira,  
95 suplente da Força Sindical, Dr. Douglas Vasconcelos e o Dr. Ricardo Amaral,  
96 nomeados representantes do Ministério da Justiça. Em seguida passou ao próximo  
97 item. **5. Apresentação do relatório do GT referente ao tema Saúde e Migrações:** O  
98 coordenador do CNIg Aldo Cândido informou que o Conselheiro do Ministério da

99 Saúde, Marcus Quito, solicitou que justificasse a sua ausência na reunião e que o tema  
100 fosse adiado para a próxima reunião. **6- Apresentação do relatório do GT para**  
101 **alteração na Resolução Administrativa nº. 05/2003:** O Presidente Paulo Sérgio  
102 informou que não aconteceu a reunião desse Grupo de Trabalho. Explicou que foi  
103 sugerido que o Ministério da Justiça conduza os trabalhos, e que não houve, ainda,  
104 condições do Ministério da Justiça conduzir o grupo, ficando o tema postergado para a  
105 próxima reunião do grupo. **7. Decisão sobre a criação de GT sobre proposta de**  
106 **alteração na Resolução Normativa nº. 38/1999:** O Presidente Paulo Sérgio lembrou  
107 que na última reunião do CNIg, o Ministério do Turismo solicitou que a decisão sobre  
108 a criação fosse postergada para a presente reunião, a fim de que eles tivessem tempo  
109 hábil para verificar sobre um Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito da Casa  
110 Civil, que trataria sobre o tema do audiovisual e posteriormente pudessem deliberar,  
111 mas que, de acordo com documento enviado pelo Conselheiro Patric Lottici, do  
112 Ministério do Turismo, não puderam reunir as informações necessárias para a decisão  
113 de criação do Grupo de Trabalho devido a compromissos, ficando, também, esse item  
114 adiado para a próxima reunião. **8. Exposição de representantes do MRE e do MJ**  
115 **sobre a movimentação de pessoas nas fronteiras do MERCOSUL:** O Presidente do  
116 CNIg ao Conselheiro Ralph que falasse sobre o trabalho do Foro de Migrações. O  
117 Conselheiro Ralph Henderson relatou que na última reunião do Foro, no semestre  
118 passado, o assunto indígena ainda não havia sido mencionado no Conselho. Citou que  
119 conversou com o Diretor Geral de Migrações do Paraguai e que a próxima reunião do  
120 Foro Especializado Migratório seria na próxima semana, em Montevideu, e que está na  
121 pauta a revisão da Resolução 75/96 do Conselho Mercado Comum, que dispõe sobre os  
122 documentos que habilitam ingresso e trânsito pelos países do Mercosul. Declarou que  
123 em conversa com Dr. Arsênio sugeriu que fosse abordado o tema da documentação dos  
124 indígenas, com vistas à inclusão do documento como um dos documentos que  
125 habilitem ingresso e trânsito internacional no âmbito do Mercosul. Informou que o  
126 Foro iria se reunir três vezes no semestre e que assim teriam tempo para levantar dados  
127 sobre o assunto no âmbito de vários países do Mercosul. Em seguida, o Presidente  
128 Paulo Sérgio solicitou ao Ministro Eduardo Gradilone que relatasse a questão do  
129 trânsito de pessoas no âmbito das fronteiras do Mercosul e ao tema dos indígenas. O  
130 Ministro Eduardo Gradilone falou, inicialmente, sobre o Departamento das  
131 Comunidades Brasileiras no Exterior, subordinada a Subsecretária responsável da  
132 situação dos brasileiros no exterior. Relatou que o departamento que chefia que procura

133 resolver primeiramente dois problemas. O primeiro é a situação das Comunidades  
134 Brasileiras, que se encontram em situação crítica. Relatou o caso da Bolívia em que, de  
135 acordo com a nova disposição do governo, estaria proibida a posse de propriedades  
136 estrangeiras na área de cinquenta quilômetros fronteiriços. O Ministro Gradilone  
137 mencionou que, de acordo com negociações, fizeram um cronograma para  
138 reassentamento dessa população, além de verificarem a possibilidade de serem  
139 considerados vulneráveis e assim poderem se enquadrar na Reforma Agrária Boliviana,  
140 sendo que durante essa negociação, o prazo para expulsão dos brasileiros foi adiado.  
141 Lembrou que governo boliviano propôs a prorrogação do acordo de regularização  
142 migratória, que venceria na semana seguinte, e que embora o governo boliviano não  
143 tenha cumprido integralmente sua parte nos acordos, tem demonstrado, nos últimos  
144 tempos, interesse em cumprir. Em relação ao Paraguai, mencionou o fato de que  
145 comunidades brasileiras que têm sido invadidas, motivadas por ações de grandes  
146 proprietários de terra. Mencionou que deixaram para análise pelas autoridades  
147 paraguaias uma proposta de acordo de regularização migratória, instrumento  
148 importante para regularizar a parte de documentação pessoal, fundamental para a  
149 regulamentação fundiária e que estabeleceram um esquema de reuniões periódicas. Ao  
150 mesmo tempo em que tentarão fazer um censo estatístico dos brasileiros que vivem no  
151 Paraguai, e um censo do Movimento Transfronteiriços. O Ministro Gradilone falou  
152 ainda sobre o Suriname, local onde os brasileiros têm sido vítimas de campanhas  
153 negativas por parte da imprensa, que tenta associá-lo a ilegais, indocumentados e  
154 poluidores. Explicou que o governo surinamense está com uma política de expulsar  
155 todos os ilegais a partir do dia trinta e um de dezembro, o que torna a regularização  
156 urgente. O segundo problema relatado pelo Ministro Gradilone foi à questão do  
157 atendimento dos Consulados, especialmente o Consulado de Lisboa, que teve aumento  
158 na sua demanda devido aos anúncios de flexibilização das normas de regularização  
159 migratória; e que não possuem estrutura suficiente para atender aos novos serviços.  
160 Informou que o Consulado de Lisboa terá uma atenção especial para a solução de seus  
161 problemas. Informou também que estão desenvolvendo o Sistema Consular, que é um  
162 sistema informatizado de produzir procurações, atos notariais e outros documentos,  
163 juntamente com o novo sistema de passaportes, a fim de que os passaportes possuam os  
164 requisitos de segurança exigidos pelas entidades internacionais e pelos setores de  
165 migração de outros países. Ressaltou que estão tentando conhecer todos os sistemas e  
166 que procuram nortear a atuação da Subsecretaria no sentido de refletir quanto às

167 atividades positivas, a exemplo de Milão, e que o objetivo é somar esforços com o  
168 CNIg a fim de prestar um atendimento cada vez melhor aos brasileiros que estão no  
169 exterior. O Presidente Paulo Sérgio agradeceu a exposição do Ministro e mencionou a  
170 visita dos membros do CNIg ao Consulado Geral do Brasil em Lisboa, que apesar de  
171 terem prestado o melhor atendimento ao grupo, colocaram a necessidade de um suporte  
172 maior para o aumento nos atendimentos, e mostrou-se satisfeito com a importância  
173 dada ao assunto pelo MRE. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Ricardo  
174 Amaral, do Ministério da Justiça. O Conselheiro Ricardo Amaral constatou que o  
175 assunto do trânsito de indígenas nas fronteiras ainda não foi abordado nas reuniões do  
176 Mercosul e nos Foros Migratórios. Com relação ao acordo Brasil-Bolívia, mostrou-se  
177 preocupado com a prorrogação do acordo e a transformação dos vistos provisórios em  
178 permanentes e informou que estão planejando estabelecer um normativo para  
179 disciplinar a prorrogação de registro provisório, enquanto se aguarda a definição da  
180 prorrogação da vigência do acordo e que, como cautela, pensaram em adotar uma  
181 atitude de prorrogar a provisoriedade para, depois, transformá-lo em permanente, sendo  
182 que o acordo possui vigência até a data de treze de setembro. O Ministro Gradilone  
183 chamou atenção para os custos envolvidos na regularização do migrante, que muitas  
184 vezes dificulta a regularização. Solicitou ao grupo que estudasse uma forma que não  
185 fosse onerosa, que evitasse o desvio de recursos e o desestímulo a regularização. O  
186 Conselheiro Ricardo Amaral lembrou que população boliviana que foi recentemente  
187 regularizada é carente e trabalhadora, e que não haveria intenção de dificultar o  
188 processo de transformação da provisória para a permanência definitiva, e que a medida  
189 seria apenas uma cautela, a fim de estimular que o governo boliviano efetivasse o  
190 acordo de regularização. Declarou que não pôde estar presente na reunião realizada em  
191 Assunção, mas que verificou uma situação inversa em relação ao Paraguai e Suriname,  
192 onde o interesse em regularizar é maior por parte do Brasil. Informou ainda que  
193 participariam de uma reunião nos dias doze a quatorze de setembro em Montevideu, e  
194 que estarão presentes no Foro Migratório, que tratarão destes temas. Após, o Presidente  
195 Paulo Sérgio abriu espaço para o debate entre os Conselheiros sobre o tema exposto.  
196 Antes, solicitou que distribuíssem o material da série “Encontro com o Mercosul”  
197 encaminhado pela representante do MPS, Larissa Lamera. A Sr<sup>a</sup>. Larissa Lamera  
198 relatou que a publicação com ação de cada Ministério sobre o MERCOSUL ainda não  
199 foi finalizada, mas que a previsão era para o final do mês de setembro. Informou que  
200 solicitou exemplares para o Conselho e que o material que estava sendo entregue era

201 um resumo básico. O Conselheiro José Ribamar agradeceu a exposição e ressaltou a  
202 importância dos trabalhadores terem conhecimento, a fim de se organizarem e poderem  
203 ajudar as pessoas, em seguida convocou todas as Centrais para cumprirem a missão de  
204 ajudar e assim formar cidadãos, a fim de construir uma sociedade melhor. A  
205 Conselheira Christina Aires sugeriu a possibilidade de no ato da renovação do acordo,  
206 os migrantes serem eximidos de multa ou penalidade, já que a ilegalidade muitas vezes  
207 é devido à falta de condição para o pagamento das taxas para regularização. O  
208 Conselheiro Ricardo Amaral explicou que a dificuldade de regularização reside no fato  
209 de que se os acordos forem onerosos, terão que passar pelo Parlamento, como a  
210 Constituição exige. Por outro lado, lembrou que existem valores a serem cobrados,  
211 relativos a taxas e multas em razão da permanência irregular, além do pagamento da  
212 taxa de registro e da emissão da cédula de identidade estrangeira, e que essas taxas não  
213 poderiam ser elididas, sob a pena de se cometer uma ilegalidade. A Conselheira  
214 Christina Aires propôs que pensassem na possibilidade de um parecer jurídico que  
215 analisasse a questão da onerosidade, tendo em vista que a vantagem econômica do  
216 Brasil poderia ser maior, e a necessidade de aprovação pelo Parlamento. Solicitou que  
217 em caso de parecer negativo, os Ministérios envolvidos se empenhem para aprovar  
218 uma lei pedindo urgência, sob a pena de em pouco tempo se repetir a mesma situação  
219 de pessoas irregulares. A Sr<sup>a</sup>. Rosita Milesi questionou a possibilidade de envolver a  
220 Pastoral no processo de informação aos brasileiros migrantes no Paraguai das novas  
221 medidas. Manifestou apoio à prorrogação do acordo Brasil-Bolívia e verificou a  
222 possibilidade de realizarem uma medida coletiva de prorrogação até que se faça uma  
223 divulgação maior da transformação em permanência. O representante da CNPD,  
224 Eduardo Rios Neto agradeceu a exposição do Ministro Gradilone e disponibilizou a  
225 CNPD ao grupo. Informou a existência de um Grupo de Estudo de Migrações, no qual  
226 poderiam estudar em conjunto as atividades que viessem a aprofundar as experiências  
227 internacionais, de forma que fosse revestido em benefício aos brasileiros residentes no  
228 exterior. Informou que o CNPD estava em um momento de transição, devido ao fato do  
229 IPEA ter mudado para a Secretaria de Longo Prazo. Lembrou a importância de fazer  
230 uma pesquisa de linha de base, para avaliar o impacto da situação do brasileiro, não só  
231 no momento da regularização, como futuramente os impactos ambientais e de  
232 distribuição de renda. Sugeriu que contassem também com áreas econômicas, que  
233 poderiam se interessar em resolver a situação e pensassem na elaboração de projetos  
234 alternativos. O Conselheiro Vítor Luiz sugeriu que buscassem um intercâmbio para que

235 possam fomentar nesses países, através da organização dos trabalhadores, a  
236 importância da reciprocidade dos acordos. O Conselheiro Valdir Vicente informou que  
237 o Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul tem tido participação e atuação  
238 efetiva nos debates, e que o Fórum participou juntamente com as demais organizações  
239 na construção do livro “Encontros com o Mercosul”. Observou que a sociedade  
240 brasileira deveria participar no debate das questões das fronteiras, já que é um tema  
241 relativamente novo, a exemplo do Suriname, e que o envolvimento da sociedade  
242 depende da mídia e das organizações sociais. O Ministro Eduardo Gradilone observou  
243 que o Ministério das Relações Exteriores e a Pastoral possuem margem de atuação  
244 conjunta, e que seria interessante verificar essa possibilidade, já que muitas vezes se  
245 deparam com situações insolúveis do ponto de vista legal. Lembrou a todos que a  
246 atuação em outros países é sempre uma questão delicada, pois existem ressentimentos  
247 históricos e o temor de que os acordos sejam desfavoráveis. Em relação ao custo dos  
248 acordos, reiterou que se preocupa com as taxas, que inibem a regularização das  
249 populações mais carentes e que deveriam pensar em uma solução, envolvendo,  
250 também, a Organização Internacional para as Migrações. Agradeceu a CNPD pela  
251 disposição em trabalharem juntos. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro  
252 Ricardo Amaral, que lembrou que a regularização migratória nem sempre é feita com  
253 facilidade. Lembrou que as cédulas de identidade dos bolivianos, que foram  
254 beneficiados com recente acordo, tinham validade de dois anos, de forma que a maioria  
255 dos bolivianos que estavam com as cédulas de identidade a vencer já possuía o  
256 documento em mãos e que na realidade seria o pagamento de somente uma taxa,  
257 relativa à emissão das cédulas de identidade, uma vez que a taxa de registro já foi paga  
258 anteriormente. Declarou que a Administração não pode isentar o pagamento de taxas  
259 sem aparo legal. Explicou que a cédula de identidade não seria prorrogável, a não ser  
260 por lei específica que assim determinasse, e que deveriam pensar em uma solução  
261 emergencial, já que a tramitação de uma lei é processo demorado. O Presidente Paulo  
262 Sérgio agradeceu as exposições e falou sobre a proposta de Seminário sobre  
263 MERCOSUL e migrações, em que abordaria o movimento de pessoas no nas fronteiras  
264 de uma maneira ampla, a atuação do SGT – 10, a questão do grupo de serviço, que  
265 envolve o Movimento Temporário de Profissionais, o Foro de Migrações, a questão  
266 dos indígenas e a questão dos direitos humanos dos migrantes nas fronteiras, tema  
267 conduzido pelo Ministério da Justiça através do setor especializado nas políticas de  
268 enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ressaltou que a idéia é fazer um seminário amplo,

269 contemplando o tema dos indígenas, e também o movimento de pessoas na fronteira.  
270 Em seguida solicitou ao Sr. Gustavo Garcia, da Assessoria Internacional do MTE, que  
271 falasse sobre o escopo do seminário. O Sr. Gustavo Garcia declarou que fizeram um  
272 esboço, ficando como objetivos específicos do seminário: Analisar os problemas  
273 vivenciados pelas populações que se movimentam na fronteira; entender os  
274 movimentos indígenas na fronteira; conhecer os impactos do Movimento Temporário  
275 de Profissionais; conhecer os impactos nos serviços públicos brasileiros, saúde e  
276 educação; entender as negociações havidas no âmbito da SGT 10; conhecer os esforços  
277 empreendidos pelo Foro Especializado de Migrações; conhecer as medidas adotadas  
278 para combater o tráfico de pessoas. Informou que pensaram num evento aberto para  
279 cerca de cem pessoas, que poderia ser realizado em uma universidade, como a UNB,  
280 por exemplo. O Presidente confirmou a importância da abrangência do seminário e  
281 destacou a idéia de estruturarem mesas, composta de membros do governo,  
282 empregadores, trabalhadores e sociedade civil. A Conselheira Marjolaine do Canto  
283 disponibilizou a CNC para suporte ao seminário, não somente no apoio físico, mas no  
284 que se fizer necessário e declarou que eventos como esse tendem a se repetir, visto a  
285 chegada de assuntos novos. A Conselheira Christina Aires lembrou que o representante  
286 do Ministério Público da Sexta Câmara havia declarado a intenção de colaborar e  
287 participar e solicitou que os temas fossem disponibilizado aos Conselheiros, para que  
288 pudessem sugerir nomes para compor as mesas. O Conselheiro Rinaldo de Almeida  
289 declarou ser oportuna a idéia do seminário, juntamente com outras comemorações, pois  
290 confirma o Conselho Nacional de Migrações como divulgador dessa iniciativa. A Irmã  
291 Rosita Milesi manifestou apoio pela iniciativa e pela construção da agenda com a  
292 participação dos Conselheiros. O Sr. Eduardo Rios também manifestou seu apoio e  
293 sugeriu como tema a questão da economia regional da fronteira, colocando-se inclusive  
294 como mediador entre os contatos, já que possui material relevante sobre o tema. A Sr<sup>a</sup>.  
295 Larissa Lamera propôs que apresentassem no seminário alguns resultados da pesquisa  
296 feita pela Previdência Social sobre a questão das fronteiras. O Conselheiro Roque de  
297 Barros mostrou-se receoso com a amplitude do seminário, o que poderia deixar os  
298 assuntos em um nível de debate superficial. Propôs que fizessem uma serie de  
299 seminários posteriores, nos quais desdobrariam os temas. O Presidente Paulo Sérgio  
300 lembrou que o Ministro Carlos Lupi solicitou que o grupo se debruçasse sobre o  
301 MERCOSUL, juntamente com o aporte da Procuradoria Federal na questão indígena, e  
302 que a idéia era um seminário abrangente, mas que não precisa se encerrar em um único

303 seminário, já que poderão surgir Grupos de Trabalho e ainda a possibilidade de  
304 deliberar sobre a criação de seminários específicos no decorrer do ano de dois mil e  
305 oito. Informou que preparariam o escopo do seminário e que iriam encaminhar aos  
306 Conselheiros, para acréscimo das sugestões e críticas. Sugeriu a realização do  
307 seminário na semana anterior ao dia dezoito, ou na própria semana, nos dias dezessete  
308 e dezoito. **9. Exposição de representante da Comunidade de Brasileiros em**  
309 **Boston/EUA sobre a situação dos brasileiros naquela comunidade:** O Presidente  
310 Paulo Sérgio declarou que por motivos ainda não conhecidos, não contavam com a  
311 presença do expositor sobre o assunto, passando para o próximo item da pauta. **10.**  
312 **Pleito da indústria pesqueira de revisão da RN 59/2004 apresentado pela**  
313 **Conselheira Christina – CNI:** A Conselheira Christina Aires relatou sobre o pleito da  
314 indústria pesqueira, justificando que o setor declarou estar em dificuldades com relação  
315 à Resolução nº. 59 e solicitou ao grupo que formassem um grupo de trabalho. O  
316 Conselheiro Rinaldo de Almeida declarou que consultou as coordenações de  
317 fiscalização marítima a respeito das dificuldades e relatou o caso de uma companhia  
318 pesqueira que não estava regular quanto aos estrangeiros, sendo a ação fiscal no sentido  
319 de regularizar a situação. Acrescentou que sendo uma situação isolada, pensar na  
320 mudança de uma resolução recente sinalizaria a fragilidade do processo. A Conselheira  
321 Christina Aires declarou que não é uma situação isolada, já que desde que a Resolução  
322 foi aprovada, o sindicato vem fazendo reclamações constantes, justificando a  
323 importância de ouvir o pleito do setor. O Coordenador do CNIg, Aldo Cândido relatou  
324 que na época da aprovação da resolução, tiveram reuniões para adequá-la e que entende  
325 que essa questão é mais previdenciária que trabalhista. A Conselheira Christina Aires  
326 explicou que o pedido principal do setor é para adequar a Resolução no que tange a  
327 aceitação dos contratos internacionais firmados, a exemplo dos barcos de turismo. O  
328 Conselheiro Valdir Vicente observou que a Resolução foi debatida pelo período de um  
329 ano, ouvindo todos os setores pertinentes, e que estaria em dúvida quanto à necessidade  
330 de revisão. O Conselheiro José Ribamar declarou que teve acesso à documentação e  
331 que qualquer fato novo que demande discussão, deve ser discutido pelo o Conselho,  
332 mas que se forem analisar, deve ser um debate profundo e que gere resultados, já que é  
333 preciso que o empresário faça seu investimento e o trabalhador precisa de um local  
334 para trabalho. A Conselheira Christina Aires esclareceu que a Resolução já possui três  
335 anos, e que depois dela atenderam em outras resoluções os pleitos que eram aceitar os  
336 contratos internacionais, e por isso, o pedido de revisão. Observou que as empresas

337 estão tendo que pagar duas vezes a Previdência, já que pagam na Espanha e são  
338 obrigadas a pagar no Brasil também. Ponderou ainda que o fato de ouvir o setor não  
339 significa que terão o pleito atendido, mas que é necessário que grupo conheça a  
340 situação. A Conselheira Marjolaine do Canto solicitou acesso à documentação  
341 mencionada e declarou que era a favor da criação de um grupo de trabalho,  
342 participando inclusive dele, já que houve evolução nas questões previdenciárias. O  
343 Conselheiro José Ribamar lembrou que possuem oito mil e quinhentos quilômetros de  
344 costa inexplorado, na época houve uma discussão muito grande e que o grupo de  
345 estudo poderia fluir no sentido de encaminhar um projeto de política para o próprio  
346 governo, a fim de fomentar a indústria naval pesqueira. A Sr<sup>a</sup>. Larissa Lamera solicitou  
347 o documento e manifestou interesse em participar do grupo de trabalho. O Presidente  
348 Paulo Sérgio considerou as questões apresentadas pela Conselheira Christina Aires  
349 relevantes e que merecem um aprofundamento. Considerando a existência de dois  
350 grupos de trabalho e um em vias de ser criado, referente à alteração da RN 38/99,  
351 propôs que o Grupo de Trabalho para estudar essa questão fosse criado após o  
352 encerramento de um dos mencionados, a fim de não sobrecarregar o Conselho, e que  
353 nesse período todos buscassem informações sobre o assunto. O Conselheiro Ralph  
354 Henderson observou que o acordo de Previdência Brasil-Espanha é um acordo  
355 tramitado pelo Congresso Nacional. Declarou ainda apoiar a criação do grupo de  
356 trabalho e que, em termos de aplicação de um acordo que possui força de lei, não seria  
357 competência de o Conselho modificá-lo. Após esse encaminhamento, o Presidente  
358 Paulo Sérgio suspendeu a reunião para o período de almoço. Após o almoço, o  
359 Presidente informou ao plenário sobre a Ordem de Serviço nº 4 da Coordenação Geral  
360 de Imigração, constante na página 26 da publicação, esclarecendo que havia  
361 divergência de interpretação da Coordenação Geral em relação a quem poderia solicitar  
362 autorizações para trabalho em relação à Resolução Normativa 72 e que, interpretando a  
363 Resolução, entenderam que quem solicita autorização para trabalho de estrangeiros é a  
364 empresa que tem o interesse de trazer o estrangeiro ao Brasil e não o armador  
365 estrangeiro, e que por isso fizeram a ordem de serviço. Explicou que ela é aplicável no  
366 âmbito interno, sendo uma orientação aos analistas para garantir a padronização, a  
367 uniformidade de entendimento, mas que por medidas de transparência disponibilizaram  
368 na internet para que todos os usuários da Coordenação Geral de Imigração possam  
369 saber sobre esse entendimento. Também informou a todos que a consultoria jurídica do  
370 Ministério do Trabalho estava finalizando a análise da proposta de Novo Regimento

371 Interno e que primeiro analisou o anteprojeto de lei que visava alterar a estrutura  
372 administrativa do Ministério Trabalho e Emprego, criando o Conselho Nacional das  
373 Migrações e estabelecendo as competências para atuar nas questões das migrações.  
374 Declarou que estava aprovado e que deveria ser encaminhado pelo Ministro ao  
375 Congresso para aprovação. Comprometeu-se a encaminhar via e-mail caso acontecesse  
376 antes da próxima reunião do grupo, para que cada membro pudesse, dentro da sua área  
377 de atuação, colaborar no processo de tramitação no Congresso Nacional. Somente após  
378 a aprovação do Projeto de Lei, haveria a análise das propostas de Decreto e de Portaria  
379 Ministerial, alterando efetivamente o Regimento Interno. Em seguida, solicitou  
380 apresentação do vídeo exibido no programa “Fantástico” sobre a prisão de brasileiros  
381 nos EUA. Após o vídeo, o Presidente Paulo Sérgio explicou que foi uma espécie de  
382 armadilha para prender brasileiros que estavam na irregularidade. Comentou que ações  
383 como essas maculam a comunidade brasileira, que passa a ser vista como criminosa. O  
384 Conselheiro José Ribamar considerou que o Conselho cumpre seu papel,  
385 principalmente com a iniciativa da Cartilha que leva informações aos brasileiros  
386 migrantes, que será distribuída para a comunidade. Ressaltou a importância de  
387 pensarem em uma política social que mostre o ser humano não somente com objeto do  
388 capital, e que possam diminuir as diferenças. O Conselheiro Ricardo Amaral observou  
389 que se fosse uma ação igual no Brasil, seria considerado um flagrante forjado, não  
390 bastando como prova de crime, mas que não havia dúvidas de que os brasileiros  
391 cometeram infração administrativa. Falou ainda sobre uma página na internet  
392 desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores, que contém alertas e  
393 informações sobre a vida no exterior, e que a cartilha vem agregar valores, sendo  
394 pertinente ser entregue no momento da retirada do passaporte ou nos aeroportos. O  
395 Conselheiro Araújo Costa declarou-se indignado com fatos como esse, já que o Brasil  
396 procura fornecer um tratamento digno aos estrangeiros. Solicitou que todos pensassem  
397 em meios de evitar que ações assim se repetissem. O Presidente Paulo Sérgio saudou o  
398 Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi e o informou sobre os assuntos da  
399 pauta da reunião. O Ministro Carlos Lupi declarou ter sido boa a repercussão sobre a  
400 iniciativa da Cartilha no Congresso Nacional, e que o Parlamento se inserindo nesse  
401 processo fornece o respaldo da representação popular. Declarou ser importante, na  
402 época do lançamento da Cartilha, que o Conselho compareça na Câmara dos  
403 Deputados. O Ministro Carlos Lupi reiterou a grave situação de nossas fronteiras.  
404 Observou que são muitas sonegações feitas, as relações de trabalho desobedecidas,

405 envolvendo inclusive crianças. Solicitou ao Conselho que finalizado o processo da  
406 cartilha, entrasse no assunto do trânsito de pessoas nas fronteiras, especialmente com o  
407 Paraguai. Informou que poderia solicitar alguns dados da Receita Federal e da Polícia  
408 Federal. O Conselheiro José Ribamar colocou que no período da manhã, o Ministro  
409 Eduardo Gradilone falou sobre o assunto, e reforçou a disponibilidade das Centrais  
410 Sindicais em ajudar, já que considera que é o momento da sociedade civil se inteirar  
411 sobre essa questão. O Ministro Carlos Lupi informou que pediu ao Dr. Mário Barbosa  
412 que visitasse o grupo, para falar da questão da OIT, além do relatório da 96ª Reunião.  
413 Em seguida o Ministro se retirou e o Presidente Paulo Sérgio passou a palavra ao Dr.  
414 Mário Barbosa, da Assessoria Internacional. O Dr. Mário Barbosa informou a todos  
415 sobre a reunião do CTRI, com o objetivo de fazer um balanço dos temas tratados na  
416 última conferência, que foram: Convenção da Pesca; fortalecimento da OIT; promoção  
417 de empresas sustentáveis; aplicação de normas; sendo uma oportunidade para publicar  
418 o volume V do caderno de relações internacionais, que contém balanço dos vários  
419 temas, a partir dos consultores técnicos que trabalharam nas comissões, além dos  
420 anexos, os documentos oficiais em relação a cada um dos temas. Observou que tanto  
421 na apresentação quanto nos debates, perceberam a convergência para o tema do  
422 trabalho decente. Lembrou que o Brasil possui memorando de cooperação com a OIT,  
423 um compromisso da implementação da Agenda Nacional do Trabalho Decente, e que  
424 esperava poder implementar, a partir de um diálogo tripartite, o desenvolvimento dessa  
425 agenda, um Plano Nacional de Trabalho Decente, e que com esse objetivo, foi  
426 aprovada a criação de um grupo de trabalho, para tratar desse tema. Explicou que a  
427 Minuta de criação estava na Casa Civil, mas que a idéia é que o grupo possa começar  
428 um trabalho de diagnóstico sobre a situação do trabalho decente no país. Considerou a  
429 possibilidade de atuação em conjunto com o Conselho e se colocou a disposição do  
430 grupo. A Conselheira Jane Pinho lembrou que a mão-de-obra é tema presente nas  
431 relações de comércio e que, quanto ao tema do trabalho decente, tentam colocar em  
432 todas as reuniões internacionais de comércio, com grande resistência por parte do  
433 Brasil. Manifestou interesse em conhecer o informe, pois as necessidades do setor  
434 produtivo e o trabalho decente devem ser conciliados. O Dr. Mário Barbosa declarou  
435 perceber menos resistência por parte dos empresários e que o debate tem sido feito  
436 também na Organização Mundial do Comércio, e que resultou em fevereiro do corrente  
437 ano, em um estudo conjunto da OIT e OMC, que trata do tema da relação entre  
438 emprego e comércio, disponível tanto na página eletrônica da OIT quanto da OMC.

439 Declarou que existe uma abordagem nova no tema e que entrariam em contato com o  
440 MDIC para a construção do plano. O Conselheiro Araújo Costa relatou que em viagem  
441 para Piauí, presenciou ações de combate à pobreza rural, relativas ao trabalho decente,  
442 e mostrou-se satisfeito de presenciar ações de um dos estados mais carentes tratando de  
443 maneira peculiar essa questão. O Conselheiro Valdir Vicente parabenizou o Ministério  
444 do Trabalho pela preparação do relatório e a questão de se colocar na OMC a questão  
445 do trabalho. Congratulou também o trabalho realizado na Conferência, que trouxe uma  
446 repercussão positiva no meio dos trabalhadores, não só Brasil, mas no Mercosul. O Dr.  
447 Mário Barbosa informou que no período de onze a treze de setembro vai acontecer a  
448 Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, em Trinidad e Tobago, e que o  
449 Ministro vai estar representado pelo Secretário-Executivo, Dr. Ronaldo Lessa.  
450 Declarou que o Brasil foi indicado para presidir o grupo 1, que vai trabalhar a questão  
460 da agenda do trabalho decente. A Conselheira Christina Aires questionou se o tema da  
461 migração e “busca de cérebros” está sendo tratado na OIT e também sobre a situação  
462 do visto de negócios. O Dr. Mário Barbosa esclareceu que sobre o tema Imigração,  
463 teria que fazer um levantamento da posição atual, e que foi lançado um tema novo para  
464 debate. A Conselheira Jane de Pinho relatou que possuem uma agenda de Cooperação  
465 com o Department of Commerce, nos Estados Unidos, e que é uma agenda positiva de  
466 ações para facilitar os negócios. Explicou que os Estados Unidos propôs a facilitação  
465 dos Vistos de Negócios e que, em outubro de dois mil e seis, os Ministros do Turismo e  
467 do Desenvolvimento, Indústria e Comércio encaminharam uma solicitação para o  
468 Ministro das Relações Exteriores, sobre a proposta de visto de negócios para os EUA,  
469 mas que, infelizmente, não tiveram retorno dessa questão. O Conselheiro Ralph  
470 indagou qual seria a atitude concreta de facilitação do visto pelos EUA, já que o  
471 processo de obtenção de visto é burocrático. A Conselheira Jane de pinho informou  
472 que a proposta norte-americana é clara e está no aviso interministerial, sendo composta  
473 por três medidas. A Conselheira Marjolaine do Canto informou sobre a realização de  
474 parceria com o MDIC para a facilitação na área de turismo, que também movimenta o  
475 comércio. Retomando o assunto do vídeo exibido, o Conselheiro Valdir Vicente  
476 declarou que frequentemente os Estados Unidos são duros com imigrantes irregulares,  
477 sendo uma forma de demonstrar o seu poder. O Conselheiro Vitor Luiz questionou a  
478 determinação de que para entrar nos Estados Unidos faz-se necessário um passaporte  
479 com no mínimo seis meses de validade e colocou a necessidade de ações que  
480 demonstrem o inconformismo com a maneira com que os EUA tratam os estrangeiros.

481 O Conselheiro Ricardo Amaral explicou que a exigência é cabível e que outros países  
482 também a fazem. Relatou que o Brasil não age assim, mas que poderia fazer. O Sr.  
483 Eduardo Rios lembrou que devem trabalhar essas contradições, que não são de fácil  
484 solução, e que a questão legal é uma questão limitante estrutural sobre a qual devem  
485 agir. A Conselheira Marilena Funari pontuou que o Conselho possui uma diversidade  
486 de assuntos, principalmente com o aumento do número de Conselheiros, que estão  
487 vindo com conhecimentos diversificados e contribuem para os trabalhos e estudos.  
488 Observou que o Conselho está cada dia mais requisitado e que o tempo para as  
489 reuniões tem se tornado insuficiente para aprofundar as discussões. A Conselheira  
490 Marjolaine do Canto lembrou que acrescentaram mais um tema: a emigração, e que  
491 poderiam pensar em estruturar a reunião em um dia e meio. O Conselheiro Valdir  
492 Vicente declarou que provavelmente Conselho irá dobrar a quantidade de serviço  
493 quando tiver a responsabilidade da questão emigratória. Lembrou que com a alteração  
494 da RA 05 irão diminuir os números dos processos, mas que esses carecem de uma  
495 análise mais aprofundada nos relatórios. O Presidente Paulo Sérgio propôs que o  
496 Ministério da Justiça apresentasse, até a próxima reunião, um encaminhamento do  
497 Grupo de Trabalho referente à Resolução Administrativa 05, a fim de diminuir a  
498 quantidade de processos. Quanto à duração da reunião, preocupou-se com o quorum, já  
499 que muitos Conselheiros não podem acompanhar a reunião com a duração de mais de  
500 um dia, porém sugeriu que se fizesse uma experiência de reunião com a duração de um  
501 dia e meio. Em seguida passou para o item número doze da pauta, relato dos processos,  
502 cujos pareceres encontram-se no fim do documento. A Conselheira Christina Aires  
503 solicitou que interrompessem a leitura dos processos para a explicação sobre a ordem  
504 de serviço, ao que o Presidente explicou que já haviam falado sobre esse tema após o  
505 almoço, mas que voltaria ao debate sem problemas. A Conselheira Christina Aires  
506 declarou que considerava competência do Conselho a alteração e solicitou informações  
507 sobre o motivo de não ter sido enviado ao Conselho. O Presidente Paulo Sérgio  
508 explicou que era uma questão meramente de interpretação da RN nº. 72/2006. Existia a  
509 dúvida se um representante de empresa estrangeira poderia solicitar ou não uma  
510 autorização de trabalho com base na resolução normativa 72, pois a “chamada” de  
511 estrangeiros está amparada no contrato de afretamento de embarcação ou de plataforma  
512 de petróleo e que quem solicita a vinda do estrangeiro é a empresa afretadora  
513 estabelecida no Brasil e interessada nessa “chamada” e que a CGIg dentro de sua  
514 competência fez essa interpretação que em nada inova em relação aos procedimentos

515 de imigração. A Conselheira Christina Aires pontuou que deste modo impedem a  
516 empresa requerente, mesmo que seja estrangeira, venha fazer o requerimento, e que  
517 entendia que a RN 72 não impedia. Solicitou que o assunto voltasse na pauta da  
518 próxima reunião, a fim de que obtivesse mais informações. O Conselheiro Ribamar  
519 entendeu correto o procedimento da CGIg. O Presidente solicitou que os conselheiros  
520 colhessem maiores informações sobre o tema para que o debate pudesse ser reiniciado  
521 na próxima reunião. **Processos a serem relatados: 01) Processo nº**  
522 **46000.010328/2007-10, James David Barnes:** O Conselheiro relator Rinaldo de  
523 Almeida (MTE), sugeriu exigência aos autos, sendo o seu parecer acatado pelos demais  
524 Conselheiros; **02) Processo nº 46000.009264/2007-12, Jerome Muller:** O Conselheiro  
525 relator Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se favorável ao deferimento  
526 condicionado do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **03)**  
527 **Processo nº 08507.000164/2004-80, Roswitha Zensi Eichhorn:** O Conselheiro relator  
528 Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se favorável ao deferimento condicionado do  
529 pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **04) Processo nº**  
530 **46212.012639/2006-47, Victor Calunga e dependentes:** O Conselheiro relator  
531 Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o  
532 seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **05) Processo nº 08070.000007/2007-94,**  
533 **Arthur de Silva Pereira:** O Conselheiro relator Rinaldo de Almeida (MTE),  
534 manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos  
535 demais Conselheiros; **06) Processo nº 46000.016705/2007-24, Juan Manuel**  
536 **Menendez T. Valiente:** O Conselheiro relator Rinaldo de Almeida (MTE),  
537 manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos  
538 demais Conselheiros; **07) Processo nº.46000.013929/2007-84, Mariapia Luna e**  
539 **filha:** O Conselheiro relator Ralph Henderson (MRE), manifestou-se favorável ao  
540 deferimento condicionado do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais  
541 Conselheiros; **08) Processo nº 08506.003630/2007-31, Karim Samy Bouzida:** O  
542 Conselheiro relator Ralph Henderson (MRE), manifestou-se favorável ao  
543 indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **09)**  
544 **Processo nº 46000.015388/2007-29, Olivier Mentine:** O Conselheiro relator Ralph  
545 Henderson (MRE), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu  
546 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **10) Processo nº 08354.000064/2005-25:** O  
547 Conselheiro relator Raimundo Araújo Costa (MAPA), manifestou-se favorável ao  
548 indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **11)**

549 **Processo nº 46000.011640/2007-21, Magalys Fernandez Pedroso:** Relato adiado para  
550 a próxima reunião do Conselho. **12) Processo nº 46000.010324/2007-31, Dario**  
551 **Alcino M. Guedes Sebastião:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho; **13)**  
552 **Processo nº 46000.009795/2007-05, Peter Kampjes:** Relato adiado para a próxima  
553 reunião do Conselho; **14) Processo nº 47638.000524/2006-71, Rama Emílio:** A  
554 Conselheira relatora Jane de Pinho (MDIC), manteve o indeferimento do pleito, sendo  
555 o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **15) Processo nº**  
556 **46000.008448/2007-57, Enrique Ruiz Cevera:** A Conselheira relatora Jane de Pinho  
557 (MDIC), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer  
558 acatado pelos demais Conselheiros; **16) Processo nº 46000.014885/2007-18, Maria**  
559 **Alexandra Soares e enteada:** A Conselheira relatora Jane de Pinho (MDIC),  
560 manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos  
561 demais Conselheiros; **17) Processo nº 46000.015997/2007-88, Paolo Cerritelli:** A  
562 Conselheira relatora Lídia Miranda (MCT), manifestou-se favorável ao deferimento do  
563 pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **18) Processo nº**  
564 **46000.017995/2007-23, Volodymyr Zaturskyy:** A Conselheira relatora Lídia Miranda  
565 (MCT), manifestou-se favorável ao deferimento condicionado do pleito, sendo o seu  
566 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **19) Processo nº 46000.029106/2006-90,**  
567 **Noelia Ramona Portillo Miranda:** A Conselheira relatora Lídia Miranda (MCT),  
568 manteve o indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais  
569 Conselheiros; **20) Processo nº 46000.013469/2007-94, Erica Arnaldi:** Relato adiado  
570 para a próxima reunião do Conselho; **21) Processo nº 46211.004897/2007-41,**  
571 **Gerhard Gunter Friedrich Reich:** Relato adiado para a próxima reunião do  
572 Conselho; **22) Processo nº 08460.008837/2005-12, Getano D' Itria:** Relato adiado  
573 para a próxima reunião do Conselho; **23) Processo nº 46000.007295/2007-21, Katrin**  
574 **Milagros Navarro de La Cruz:** O representante do Ministério do Turismo leu o  
575 parecer, sendo este favorável ao deferimento do pleito; **24) Processo nº**  
576 **46000.013249/2007-61, Maria Ermelinda dos Santos da Costa:** O representante do  
577 Ministério do Turismo leu o parecer, sendo este favorável ao deferimento do pleito; **25)**  
578 **Processo nº 46000.015754/2007-40, Jorge Antonio Medina Rey e dependentes:** O  
579 representante do Ministério do Turismo leu o parecer, sendo este favorável ao  
580 deferimento do pleito; **26) Processo nº 08711.000883/2005-66, Simone Annina**  
581 **Toendury:** O Suplente Elias Ferreira (FS), leu o relato do Conselheiro Arnaldo  
582 Gonçalves, (FS), sendo este favorável ao deferimento do pleito; **27) Processo nº**

583 **46000.007390/2007-24, Seol Min Lee:** O Suplente Elias Ferreira (FS), leu o relato do  
584 Conselheiro Arnaldo Gonçalves (FS), sendo este favorável ao deferimento do pleito;  
585 **28) Processo nº 08364.001599/2006-85, Stefan Van de Bunt:** O Suplente Elias  
586 Ferreira leu o relato do Conselheiro Arnaldo Gonçalves, sendo este favorável ao  
587 deferimento do pleito; **29) Processo nº 46211.010514/2005-10, Elisabete Auxiliadora**  
588 **Oliveira:** O Suplente Elias Ferreira (FS), leu o relato do Conselheiro Arnaldo  
589 Gonçalves (FS), sendo este favorável ao deferimento do pleito; **30) Processo nº**  
590 **46000.015187/2007-21, Daniel Cruzalegui Antinori:** O Conselheiro relator Valdir  
591 Vicente (CGT), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo seu parecer  
592 acatado pelos demais Conselheiros; **31) Processo nº 46021.001626/2007-71, Claudia**  
593 **Vogl:** O Conselheiro relator Valdir Vicente (CGT), manifestou-se favorável ao  
594 deferimento do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **32)**  
595 **Processo nº 46217.004481/2007-72, Fernando Manuel Marques Correia:** O  
596 Conselheiro relator Valdir Vicente (CGT), sugeriu exigência aos autos, sendo seu  
597 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **33) Processo nº 46000.008687/2007-15,**  
598 **Luis Castro Quinteiro:** O Conselheiro relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-  
599 se favorável ao deferimento do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais  
600 Conselheiros; **34) Processo nº 46000.008935/2007-10, Domingos Quiante:** O  
601 Conselheiro relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável ao deferimento  
602 condicionado do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **35)**  
603 **Processo nº 46000.014556/2007-69, Deolinda da Conceição Sergio:** O Conselheiro  
604 relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito,  
605 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **36) Processo nº**  
606 **46021.001844/2007-13, Rafael Rojas Garcia:** O Conselheiro relator Ribamar Dantas  
607 (CGTB), manifestou-se favorável ao deferimento condicionado do pleito, sendo seu  
608 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **37) Processo nº 08460.023398/2005-60,**  
609 **Paulina Aima Lianque:** O Conselheiro relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-  
610 se favorável ao deferimento do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais  
611 Conselheiros; **38) Processo nº 08508.000030/2006-11, Maria Vitória Dias Correia**  
612 **da Fonseca:** O Conselheiro relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável  
613 ao deferimento condicionado do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais  
614 Conselheiros; **39) Processo nº 46211.005409/2007-12, Sabine Fischer:** O Conselheiro  
615 relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito,  
616 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **40) Processo nº**

617 **08495.002920/2005-72, Manuel Diguele Gonzalez:** O Conselheiro relator Ribamar  
618 Dantas (CGTB), sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais  
619 Conselheiros; **41) Processo nº 08452..000147/2007-78, Manuel Ferreira Caetano:** O  
620 Conselheiro relator Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável ao  
621 indeferimento do pleito, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **42)**  
622 **Processo nº 08477.000987/2006-71, Sharon Mclelland:** O Conselheiro relator  
623 Ribamar Dantas (CGTB), sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer acatado  
624 pelos demais Conselheiros; **43) Processo nº 46000.015013/2007-69, Heinz Frutiger:**  
625 O Conselheiro Valdir Vicente (CGT), leu o parecer do Conselheiro Miguel Salaberry  
626 (SDS), sendo que este sugeriu exigência aos autos, parecer acatado pelos demais  
627 Conselheiros; **44) Processo nº 08460.005771/2006-81, Adriana Maria Musetti**  
628 **Dávila:** O Conselheiro Valdir Vicente (CGT), leu o parecer do Conselheiro Miguel  
629 Salaberry (SDS), sendo que este manifestou-se favorável ao deferimento do pleito,  
630 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **45) Processo nº 46000.011510/2007-98,**  
631 **Verônica Rubio Gonzalez:** O Conselheiro Valdir Vicente (CGT), leu o parecer do  
632 Conselheiro Miguel Salaberry (SDS), sendo que este manifestou-se favorável ao  
633 deferimento do pleito, parecer acatado pelos demais Conselheiros; **46) Processo nº**  
634 **08505.031444/2005-31, Huang Yu Wen:** O Conselheiro Valdir Vicente (CGT), leu o  
635 parecer do Conselheiro Miguel Salaberry (SDS), sendo que este manifestou-se  
636 favorável ao deferimento do pleito, parecer acatado pelos demais Conselheiros; **47)**  
637 **Processo nº 46000.017653/2007-11, Astrid Cristina Rippelmeyer:** O Conselheiro  
638 Valdir Vicente (CGT), leu o parecer do Conselheiro Miguel Salaberry (SDS), sendo  
639 que este manifestou-se favorável ao deferimento condicionado do pleito, parecer  
640 acatado pelos demais Conselheiros; **48) Processo nº 46205.001032/7007-10, Hugo**  
641 **Fernandez Borges:** Relato adiado para a próxima reunião. **49) Processo nº**  
642 **46000.013123/2007-96, Antonio da Silva Pereira:** A Conselheira relatora Christina  
643 Aires (CNI), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer  
644 acatado pelos demais Conselheiros; **50) Processo nº 46000.007971/2007-66, Sarah**  
645 **Katherine Key:** A Conselheira relatora Christina Aires (CNI), manteve o  
646 indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **51)**  
647 **Processo nº 46000.004212/2007-41, Kevin Ivers:** A Conselheira relatora Marjolaine  
648 do Canto (CNC), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo o seu  
649 parecer acatado pelos demais Conselheiros; **52) Processo nº 46000.002266/2007-72,**  
650 **Lennart Ake Olsson:** A Conselheira relatora Marjolaine do Canto (CNC), manteve o

651 indeferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **53)**  
652 **Processo nº 46000.014349/2007-12, Claudia Vanessa Hernandez Cabus:** A  
653 Conselheira relatora Marjolaine do Canto (CNC), manifestou-se favorável ao  
654 deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros; **54)**  
655 **Processo nº 08514.002785/2007-51, Luis Felipe Palomino Coronado:** Relato adiado  
656 para a próxima reunião do Conselho; **55) Processo nº 08270.001056/2006-15,**  
657 **Roberto Mira Cató:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho; **56) Processo**  
658 **nº 46000.014706/2007-34, João Arlindo Luis de Almeida:** Relato adiado para a  
659 próxima reunião do Conselho; **57) Processo nº 46000.010026/2007-41, Monique**  
660 **Jeanne Pierrette P. Iban:** Relato adiado para a próxima reunião do Conselho; **58)**  
661 **Processo nº 46000.015246/2007-61, Alice Iseli:** A representante da CNT leu o parecer  
662 da Conselheira Adriana Giuntini (CNT), sendo que este sugeriu exigência aos autos;  
663 **59) Processo nº 46000.013529/2007-79, Kenia Emilia Jimenez Encarnacion:** A  
664 representante da CNT leu o parecer da Conselheira Adriana Giuntini (CNT), sendo que  
665 este sugeriu exigência aos autos; **60) Processo nº 46215.021733/2007-48, Teresa de**  
666 **Sequeiros Correia:** A representante da CNT leu o parecer da Conselheira Adriana  
667 Giuntini (CNT), sendo que este sugeriu exigência aos autos; **61) Processo nº**  
668 **46000.011445/2007-09, Cheng Jinxing:** A Conselheira relatora Marilena Funari  
669 (CNF), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, sendo este acatado pelos  
670 demais Conselheiros; **62) Processo nº 46000.013121/2007-05, Laetitia Sait Martin:**  
671 A Conselheira relatora Marilena Funare (CNF), manifestou-se favorável ao  
672 deferimento do pleito, sendo este acatado pelos demais Conselheiros; **63) Processo nº**  
673 **46000.011537/2007-81, Hsieh Chiung Ying e filhos:** A Conselheira relatora Marilena  
674 Funari (CNF), sugeriu exigência aos autos, sendo este acatado pelos demais  
675 Conselheiros; **64) Processo nº.46000.023498/2006-83, Lesley Cushing:** O  
676 Conselheiro relator Roque de Barros (SBPC), manifestou-se favorável ao deferimento  
677 do pleito, parecer acatado pelos demais Conselheiros; **65) Processo nº**  
678 **46000.015847/2007-74, Joseph Steven Bass II:** O Conselheiro relator Roque de  
679 Barros (SBPC); manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, parecer acatado  
680 pelos demais Conselheiros; **66) Processo nº 46880.000072/2007-74, Blanka Muller:**  
681 O Conselheiro relator Roque de Barros (SBPC), manifestou-se favorável ao  
682 deferimento do pleito, parecer acatado pelos demais Conselheiros; **67) Processo nº**  
683 **46000.026128/2006-06, Rudolf Hablutzel:** O Conselheiro relator Roque de Barros  
684 (SBPC), manifestou-se favorável ao deferimento do pleito, parecer acatado pelos

685 demais Conselheiros. 68) **Processo nº. 46000.4261/2007-84, Idauberto Vladimir**  
686 **Ladron Guevara:** O Conselheiro relator José Ribamar (CGTB), manifestou-se  
687 sugeriu exigência aos autos, sendo o seu parecer acatado pelos demais Conselheiros.  
688 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente Paulo Sérgio declarou  
689 encerrada a reunião.  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699